

## DOSSIÊ . TURISMO, ANO ZERO

# É possível um outro modelo de turismo urbano no pós-COVID?

Perante uma pandemia que se anuncia longa, economias como a portuguesa, muito dependentes do sector turístico, têm dificuldade em imaginar uma reconversão da actividade económica suficientemente rápida para evitar uma recessão importante. Mas o fenómeno da «turistificação», enquanto hiperespecialização da economia e do tecido social no território, era já visível, também nos seus efeitos negativos, em cidades como Lisboa e Porto. Exposta a fragilidade do modelo, o que vai mudar?

LUÍS MENDES

A relação entre o turismo e as áreas urbanas não é de modo algum recente. No entanto, hoje em dia o turismo urbano está em plena expansão no contexto de um urbanismo neoliberal e austeritário, isto é, herdeiro da cartilha neoliberal aplicada no pós-crise capitalista 2008-2009. Este tipo de turismo resulta de uma sociedade de consumo cada vez mais profusa, do embaratecimento da mobilidade internacional por via da expansão das companhias áreas de *low-cost* e da internacionalização mundial dos sistemas financeiros. Estes últimos reconhecem, e aproveitam, as mais-valias retiradas do novo impulso económico criado pelos investimentos em regeneração urbana, apoiados por políticas urbanas e de governança neoliberais. Estas circunstâncias acompanham as mudanças nas motivações para a procura do turismo urbano e os importantes investimentos feitos na preservação do património construído, na promoção de ambientes cosmopolitas, no embelezamento e privatização do espaço público, bem como na reabilitação urbana, especialmente nos bairros históricos dos centros das cidades, sob o signo da narrativa da «cidade criativa». Tudo isto num contexto de fortíssima competição interurbana, promovida pela gestão estratégica da imagem das cidades e pelo marketing territorial, para ver que cidades conseguem amarrar mais capital no seu ambiente construído ou atrair mais visitantes e população endinheirada.

O turismo urbano nas suas diversas mo-

dalidades tem conhecido grande expansão no início do século XXI, mas o excesso turístico enquanto fenómeno massificador, hegemónico e dominante em cidades como Lisboa é um fenómeno recente. Atentemos, por isso, nas suas características. Paralelamente aos hotéis de luxo, tem aumentado na capital a oferta de alojamentos para turistas jovens e pouco endinheirados através de *hostels*, da oferta privada no Airbnb ou outras plataformas online, ou dos apartamentos de «*short rental*» – o alojamento local (AL) – esmagadoramente instalados em imóveis reabilitados do centro histórico de Lisboa. Esta procura massificada de Lisboa como destino turístico acelerou a gentrificação, entre outros impactos sociais e económicos no tecido urbano. Fala-se de turistificação, fenómeno para o qual não existe ainda uma definição conceptual clara a nível de consenso científico. Digamos que é uma noção que se tem divulgado muito nos círculos académicos e que exprime a expansão significativa e hegemónica do turismo num território, quer do ponto de vista da oferta de serviços e equipamentos, incluindo alojamento turístico nas suas diversas modalidades, quer do ponto de vista da procura da cidade como destino turístico. Quando aplicado, o conceito de turistificação designa uma hiperespecialização da economia e do tecido social de um território no sector do turismo, que roça tendências de monofuncionalismo, ao ponto de o tornar mais dependente do exterior. Torna-se também, portanto, mais sensível à volatilidade da procura turística internacional, a crises externas do sector ou a fenómenos extre-

mos que abalam a estabilidade reprodutiva do sistema turístico mundial. Fica mais susceptível a catástrofes e riscos naturais, actos de terrorismo, instabilidade geopolítica e, como se vê agora, a epidemias e pandemias.

Com toda esta dinâmica, actualmente podemos assistir a um grande dinamismo na reabilitação de edifícios e na revitalização do espaço público no centro histórico da cidade. Isto contribuiu para o aumento contínuo da oferta deste tipo de alojamento, mas ao mesmo tempo desaloja a população mais pobre já residente no centro histórico, como é o caso de imigrantes e idosos. A destruição do mercado de arrendamento e o desalojamento e despejo de antigos moradores foram uma realidade dominante na última década, tudo para dar origem a diversas formas de alojamento turístico, muitas vezes de luxo.

O alojamento local pode ter efeitos positivos na regeneração dos centros urbanos, na requalificação do património, na diversificação social, no complemento da receita dos moradores, na criação de emprego e na recuperação económica, mas a sua oferta excessiva reduz a oferta para arrendar a quem quer viver na cidade. E esta é já uma realidade empírica constatada em vários estudos nacionais e internacionais. Já no período pré-COVID estávamos, e ainda continuamos a estar, longe dos tempos idílicos do Airbnb como economia de partilha. Com efeito, o sector cedo ficou refém dos interesses do mercado e cedeu às estruturas de um micro-capitalismo popular e rentista. Muitos investidores e

empresas imobiliárias compraram prédios inteiros (muitos para reabilitar) com o objectivo de os arrendar a turistas, principalmente nos centros de Lisboa e Porto. Arrendar casa nas principais cidades portuguesas tornou-se uma tarefa quase impossível. O problema não tem estado apenas nas rendas, mas sobretudo na inexistência de casas disponíveis para arrendar. Segundo dados recolhidos por uma agência imobiliária importante, nos três anos que vão de 2013 a 2016, a quebra em Lisboa foi de 75% e no Porto de 85%, sendo que, em alguns bairros mais centrais, a diminuição chega a ultrapassar os 90%. Ao mesmo tempo, o valor das rendas duplicou nesta década, imediatamente após a promulgação do Novo Regime de Arrendamento Urbano, o NRAU de 2012, vulgar, nova lei das rendas ou lei dos despejos, como também é conhecido.

### Desalojamento directo e indirecto

É verdade que uma parte da ocupação do alojamento turístico de edifícios de uso residencial não implicou despejo e desalojamento directo dos moradores, já que os prédios se encontravam devolutos e em avançado estado de má conservação, apresentando-se vagos. Contudo, o desalojamento a que estamos a assistir é igualmente indirecto – e tão ou mais grave. O desalojamento directo refere-se ao momento de despejo/expulsão propriamente dito, por subida rápida das rendas e dos valores imobiliários, que os actuais residentes não conseguem mais suportar. O que aconteceu tanto em Lisboa como no Porto foi que o grosso do processo foi de desalojamento indirecto, que é um processo de longo prazo resultante de um conjunto de pressões que tornam progressivamente difícil aos moradores de baixo rendimento permanecer mais tempo no bairro, e também que outros que queiram viver e frequentar o bairro o possam fazer. E isto acontece porque o comércio tradicional está a desaparecer; alteração de extrema importância pois este comércio servia as necessidades quotidianas da população residente mais envelhecida e pobre

do centro histórico. Além disso, contribuía para a resiliência da comunidade e para a sua coesão e sustentabilidade social. Deixando de existir, deixa estas populações de fraca mobilidade e rendimento sem alternativa senão a de abandonar uma área cada vez mais descaracterizada e que já nada tem a ver com o seu bairro original. O que, por seu lado, vai afectar a base de procura do próprio comércio tradicional local, pois sem habitantes permanentes que careçam de satisfação das suas necessidades, este comércio perde irremediavelmente a sua clientela e acaba por definhar.

Mas o desalojamento indirecto também acontece quando os preços do imobiliário reabilitado e das rendas inflacionadas pela procura turística sobem de tal forma para o uso residencial e para o comercial que excluem qualquer hipótese de novos moradores ou comerciantes poderem aceder ao bairro entretanto turistificado. Neste momento não existem praticamente casas para mercado de arrendamento acessível nos centros do Porto e Lisboa, pois todos os apartamentos estão tomados de assalto para «short rental», *hostels* ou alojamento local, dirigidos ao turismo de «city break». O mesmo para espaços de comércio tradicional ou de proximidade, hoje totalmente tomados por um comércio que apenas promove oferta de usos, produtos e bens única e exclusivamente turísticos. No período pré-COVID não se respeitaram (porque também não se conheciam) as capacidades de carga turística dos vários bairros do centro histórico, verificando-se sobrelotação de equipamentos, infra-estruturas e transportes. A descaracterização do centro histórico foi cada vez mais intensa, com a disneyficação dos bairros históricos, a reinvenção artificial de uma suposta identidade tradicional de bairro e a destruição e o desmembramento de relações sociais entre antigos moradores da comunidade. Isto corroeu, precisamente, a autenticidade, a memória e a identidade dos bairros, condições que, como se compreende, são as que constituem atractivo turístico para o visitante e o turista que procura a experiência do alojamento local nestes es-

paços tradicionais na cidade.

O período da COVID-19 tem exposto as contradições e desigualdades de um modelo de recuperação económica da última década, no pós-crise capitalista de 2008-2009, muito assente nos pilares do investimento estrangeiro e da financeirização do imobiliário e da turistificação do território, gerando um crescimento rápido mas de pouca sustentabilidade ambiental, social e económica. Este modelo rentista, extractivista e predatório gerou inúmeros fenómenos de acumulação por despossessão.

Já é um lugar comum afirmar que o contexto da pandemia nos fez repensar os espaços, os tempos e os ritmos pré-COVID para projectar a realidade que se quer no futuro; e isso é verdade também para as linhas mais críticas dos estudos urbanos, quando se imagina um novo modelo de produção, apropriação, vivência e intervenção de cidade. A turistificação dos territórios passou a ser contestada, mesmo por aqueles que a defendiam, desde que se percebe que são as áreas da cidade com mais mistura funcional e social, menos gentrificadas e menos turistificadas, aquelas que melhor recuperam das consequências da pandemia. Os fluxos turísticos estancaram, as ruas da cidade ficaram nuas de turistas e visitantes, o que se reflectiu directamente no colapso do sector do AL, com quebras superiores a 90%. Este foi o sector que teve um crescimento galopante e descontrolado na última década, desprovido de planeamento sustentável, ao sabor da iniciativa privada e de um mercado que teima em não reconhecer os seus próprios limites. Já se encontrava saturado no segundo semestre de 2019, com muitos proprietários a saírem do negócio do AL, acusando excesso de oferta. Foi necessário um vírus particularmente agressivo para rebentar a bolha do complexo turístico-imobiliário-financeiro.

### Sustentabilidade social e ambiental

Então, a interrogação coloca-se: é possível um outro modelo de turismo urbano num tempo pós-COVID? Os agentes



FOTO: VITOR REIS . *Super Ficial* . [www.instagram.com/ceramica.vitorreis](http://www.instagram.com/ceramica.vitorreis)

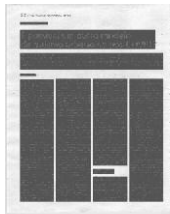
do mercado turístico aspiram à retoma e ao retorno da normalidade do «*business as usual*», tudo como dantes e o mais depressa possível, sob o selo do «*safe and clean*» («limpo e seguro»). Mas a estrutura motivacional e o perfil do turista pode ter mudado e, pelo menos, o centro de gravidade dos seus interesses, ao nível da experiência que procuram, inclina-se agora para a busca de um turismo menos massificado e mais sustentável, social e ambientalmente, muitas vezes associado a uma narrativa de decrescimento.

À medida que o tema é catapultado para a agenda política e social, aumentam os níveis de criticidade – já não apenas com origem em movimentos e colectivos ambientalistas, mas também no cidadão comum

– em relação à acessibilidade por via aérea a destinos turísticos (os 200 mil voos mundiais diários) e à importância crescente da massificação da oferta aérea *low-cost*, pelos impactos tremendos ao nível de poluição sonora e atmosférica que produz. Trata-se, de facto, de um modelo que afecta grandemente a qualidade de vida de quem vive e trabalha na cidade de destino, para além do contributo da indústria da aviação como fonte emissora de poluentes no agravamento das alterações climáticas. Mas também surgem críticas relativamente à capacidade de resposta das infra-estruturas aeroportuárias, com grandes impactos territoriais previstos por obras de modernização e expansão. No conjunto, a situação produz uma síndrome de

«*flight shame*» («vergonha de voar»), potencial geradora de atrito na procura.

Por outro lado, são já os próprios documentos estratégicos do sector turístico, quer internacionais, provenientes da Organização Mundial do Turismo e do Conselho Mundial de Viagens e Turismo, quer nacionais, como a Estratégia Nacional para o Turismo 2017-2027, que reconhecem os impactos nefastos do excesso turístico na alienação das comunidades de destino. E reforçam a necessidade de uma geografia do turismo mais policêntrica e descentralizada, ancorada na complementaridade dos recursos da região turística (Cascais, Sintra, Mafra, Óbidos, Fátima, Tróia, Lisboa), e não tão monocêntrica, centralizada no casco antigo de Lisboa. Afirma-se



**Data:** 01.07.2020

**Título:** É possível um outro modelo de turismo urbano no pós-COVID?

**Pub:**  MONDE  
diplomatique



**Tipo:** Jornal Nacional Mensal

**Secção:** Nacional

**Pág:** 22;23

como imperativo que a dinamização turística se compatibilize com o assegurar da preservação e da valorização económica sustentável do património cultural e natural, e da identidade local, enquanto activo estratégico, bem como que compatibilize esta actividade com a permanência da comunidade local. As causas dos protestos e as lutas urbanas que se multiplicaram contra a turistificação das cidades no pós-crise capitalista de 2008-2009, e que lhes valeram o rótulo ideológico neoliberal de «turismofobia», permearam o discurso da sociedade civil. Deste modo, existe hoje, mesmo do lado da oferta e dos promotores, uma sensibilidade crescente para a capacidade de gestão de fluxos turísticos em harmonia com os residentes. Esta sensibilidade surgiu face à projecção mediática, de grande impacto, de casos de conflito de turistas *versus* residentes, crescendo a consciência da necessidade de gestão preventiva para assegurar a qualidade do destino – para não danificar, claro, a autenticidade do consumo da experiência turística.

Mas a emergência das preocupações com a sustentabilidade ambiental e social na escolha de um destino e nas escolhas feitas aquando da programação da viagem, a par do «*flight shame*» como novo paradigma do turista sustentável, não são necessariamente vencedores. Estas novas realidades subjugam-se quase sempre ao consumo turístico e ao léxico e à gramática do argumentário neoliberal do turismo como estratégia de revitalização e reabilitação urbanas quando tiver passado a crise pandémica. Por isso, sem pôr em causa a economia política do turismo vigente, no horizonte pós-COVID prevê-se que a evolução do sector se faça ao sabor das necessidades da reprodução de capital e da extracção de mais-valia, na continuidade das linhas de força com a que o modelo predatório pré-COVID já nos habituou. Afinal, é preciso que algo mude para que tudo fique na mesma. ■

\* Geógrafo, Centro de Estudos Geográficos e Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa.

Área: 1371cm<sup>2</sup>/ 64%

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6890516